

SUMÁRIO

1

O SISTEMA ORGANIZADO DO FUTEBOL	27
1.1. Início e organização do sistema associado.....	28
1.1.1. O sistema FIFA: a rede global do futebol.....	29
1.1.2. O sistema do futebol no Brasil: a organização imposta	34
1.1.3. O sistema do futebol no Brasil: a Constituição de 1988 e a autonomia das entidades.....	41
1.2. A normatização do sistema pelo sistema: a Lex Sportiva	50
1.3. O julgamento das questões do sistema pelo sistema.....	56
1.3.1. A manutenção do poder decisório interna corporis	56
1.3.2. CNRD, STJD e CEFB: o julgamento do futebol brasileiro pelo futebol brasileiro	62

2

A RESOLUÇÃO DE DISPUTAS NO FUTEBOL	69
2.1. O exercício da Jurisdição.....	70
2.1.1. Jurisdição em linhas gerais.....	70
2.1.2. A submissão à CNRD.....	77
2.2. Delimitação da Competência	81
2.2.1. Conceituando a competência	81
2.2.2. Conflito de competências	84
2.3. A prestação da Tutela Estatal.....	88
2.3.1. Tribunais de Justiça.....	90

2.3.2. Tribunais do Trabalho	92
2.3.3. Os processos de execução	95
2.4. Órgãos de resolução de disputas no futebol associado	98
2.4.1. O Football Tribunal	98
2.4.1.1. <i>Organização e competência do Football Tribunal</i>	98
2.4.1.2. Os recursos contra decisões do sistema FIFA	102
2.4.2. A Câmara Nacional de Resolução de Disputas da CBF	104
2.4.2.1. A competência da CNRD	104
2.4.2.2. Composição do painel julgador.....	106
2.4.2.3. Procedimentos perante a CNRD.....	108
2.4.2.3.1. Prazo de cessação.....	110
2.4.2.3.2. Custas e representação.....	113
2.4.2.3.3. Tutelas de urgência.....	115
2.4.2.3.4. Instrução probatória	117
2.4.2.3.5. Definição de Missão.....	121
2.4.2.3.6. Sede do julgamento.....	123
2.4.2.3.7. Confidencialidade.....	125
2.4.2.3.8. Emissão de decisões.....	126

3

A CNRD ENQUANTO ÓRGÃO DO SISTEMA ASSOCIADO..... 129

3.1. O sistema de câmaras nacionais de resolução de disputas.....	129
3.1.1. A Circular nº 1.010/2005	131
3.1.2. O reconhecimento de NDRCs pela FIFA.....	135
3.1.3. A integração do sistema	137
3.2. A atuação da CNRD com base nos regulamentos do futebol.....	139
3.2.1. Escopo de atuação	139
3.2.2. Os efeitos das decisões associativas	143
3.3. A CNRD diante de uma cláusula de eleição de foro.....	145

4

A ADMINISTRAÇÃO DE ARBITRAGENS PELA CNRD..... 151

- 4.1. O instituto da Arbitragem 151
 - 4.1.1. A convenção de arbitragem 153
 - 4.1.2. O árbitro, o tribunal arbitral e a instituição de arbitragem 155
 - 4.1.3. Os regulamentos das instituições de arbitragem 158
 - 4.1.4. A análise de jurisdição e competência 160
 - 4.1.5. Questionamentos perante o Poder Judiciário..... 163
- 4.2. A CNRD diante de uma convenção de arbitragem 164
 - 4.2.1. Contrato entre clubes..... 169
 - 4.2.2. Contratos entre intermediários e clientes 171
 - 4.2.3. Contratos de trabalho 174
 - 4.2.4. A CNRD pode administrar arbitragens, portanto 177
- 4.3. A possibilidade de se recorrer das decisões da CNRD..... 180

5

O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DA CNRD..... 183

- 5.1. A impossibilidade de a CNRD administrar um processo de execução.... 183
- 5.2. A aplicação de sanções por parte da CNRD..... 189
- 5.3. A execução de decisões da CNRD pelo Poder Judiciário..... 196

6

CONCLUSÃO..... 201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 205